

## **ACTA N.º 026/2006**

### **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL** **CELEBRADA EM DOZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SEIS**

#### **UM - INTRODUÇÃO**

Aos doze dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal estando presentes, para além do Sr. Presidente, António Manuel Oliveira Rodrigues, o Sr. Vice-Presidente, Pedro Paulo Ramos Ferreira, os Vereadores Srs. Pedro Lobo Antunes, Mário Folgado Mota, Nuno Carlos de Carvalho Dias dos Santos e Carlos António Lopes Tomé, comigo, Maria da Conceição Freire Rito, exercendo as funções de Secretária.

Aberta a reunião, foram de seguida tratados os assuntos constantes da Ordem do Dia estabelecida pelo Sr. Presidente, ao abrigo do artigo dezoito do Código do Procedimento Administrativo, a qual foi entregue a todos os membros com a antecedência devida e que a seguir se transcreve.-----

#### **DOIS - CORPO DA ACTA**

##### **ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA**

*Gabinete da Presidência*

---

1. Apreciação e eventual aprovação da proposta das Grandes Opções do Plano para 2006.
2. Apreciação e eventual aprovação da proposta de Orçamento para 2006.

**ORÇAMENTO E GRANDES OPCÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO PARA  
2007 - (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DAS  
ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES DA GESTÃO  
AUTÁRQUICA) - PROPOSTAS**

Foram presentes, para apreciação e eventual aprovação, as propostas de Orçamento e das Grandes Opções do Plano do Município para 2007.

A proposta de Orçamento apresentada ascende tanto na parte da Receita como na da Despesa a cinquenta e sete milhões trezentos e setenta e quatro mil setecentos e setenta e três euros e sessenta e dois cêntimos, sendo:

- Receitas Correntes: vinte e oito milhões trezentos e sessenta e nove mil quinhentos e oitenta e oito euros e oitenta e cinco cêntimos.

- Receitas de Capital: vinte e nove milhões cinco mil cento e oitenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos.

- Despesas Correntes: vinte e cinco milhões seiscentos e trinta e sete mil quinhentos e trinta e três euros e cinquenta e oito cêntimos.

- Despesas de Capital: trinta e um milhões setecentos e trinta e sete mil duzentos e quarenta euros e quatro cêntimos.

O Plano Plurianual de Investimentos totaliza cinquenta e nove milhões setecentos e quarenta e dois mil e setenta e seis euros e vinte e oito cêntimos e o Plano das Actividades Mais Relevantes da Gestão Autárquica perfaz treze milhões quinhentos e um mil duzentos setenta e sete euros e trinta e oito cêntimos.

***Deliberação N.º 810 (12/12/2006):***

Submetidas a votação as propostas apresentadas, foram as mesmas aprovadas, por maioria absoluta, com quatro votos favoráveis (Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Vereadores Srs. Lobo Antunes e Mário Mota) e dois votos contra (Vereadores Srs. Nuno Santos e Carlos Tomé).

As propostas ora aprovadas vão ser submetidas à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o previsto na al. c) do nº 2 do artº 64º da Lei 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11/1.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.

**O Sr. Presidente** apresentou a seguinte declaração de voto:

“A proposta de orçamento que os autarcas do PS hoje aqui apresentam é, inequivocamente, um documento assente em premissas sérias de contenção na despesa e ponderação no investimento.

Estamos perante propostas de trabalho que apontam o ano de 2007, simultaneamente um ano de transição do QCA III para o QREN e, ainda mais importante do que isso, o ano de adaptação à nova lei das Finanças Locais. É, também, por isso mesmo, um ano de planeamento e de definição de estratégias para o desenvolvimento do concelho, num quadro em que já se pode, e deve, afirmar

que foi conseguida em grande medida a coesão social concelhia por força dos investimentos efectuados nos últimos anos, muito em especial os que considerámos estruturantes para o concelho.

A autarquia torrejana conseguiu, nos últimos seis anos, manter uma política de gestão, que lhe permitiu somar, ano a ano, uma poupança global que ronda os 12,5 milhões de €uros, algo que nunca foi conseguido até 1998. A juntar a esta poupança, verifica-se que, de uma forma clara e inequívoca, as receitas próprias do município têm aumentado, ano após ano, numa cadência constante que reflecte, de uma forma objectiva, a dinâmica social do nosso concelho. E esta dinâmica, e este quadro, percebe-se, são para continuar.

Torres Novas é hoje uma referência de dinâmica e de desenvolvimento na região e no País. E é uma referência também porque a autarquia tem tido a ousadia de apostar e de fazer. E fizemos. E muito. O próprio endividamento da autarquia reflecte que 60% do mesmo é resultado dos investimentos comunitários. Mas não bastaram os apoios comunitários. Não fora a poupança feita, atrás referenciada, jamais se teria feito o que se fez. Sem estes investimentos, o quadro financeiro seria obviamente outro, mas, também é verdade, que o quadro de referência do concelho seria oposto ao que é hoje, e que é quase unânime. E ainda bem que se fez, e em boa altura se fez. Com o QREN – novo quadro comunitário – a esmagadora maioria das intervenções da cidade não seriam possíveis e Torres Novas continuaria a ser o que era no passado recente... mais uma vila no contexto da região.

O orçamento para 2007 foi assente em princípios ainda mais rigorosos da aplicação dos dinheiros públicos e aponta para uma redução global de três milhões e meio de €uros face ao do ano anterior. Rubrica a rubrica fizeram-se cortes que se fixaram entre os 10 e os 30%, em relação ao ano anterior. Optou-se por sermos mais céleres nos pagamentos e menos generosos a gerar novos compromissos. No investimento, basicamente, assumiu-se o que se tinha de assumir, ou seja os compromissos já existentes com concursos a decorrer ou obras adjudicadas. São poucos e de pequena monta os novos investimentos. Das intervenções para 2007, uma boa parte têm apoio, ora

comunitário, ora a coberto de contratos-programa. É assim que queremos, porque desejamos que o município prepare bem o Quadro de Referência Estratégica Nacional. Queremos ter no QREN um aproveitamento igual, ou mesmo superior, ao que tivemos no QCA III. Vamos definir estratégias, planear e operacionalizar. Sabemos que este é um bom orçamento. Sabemos que é realista. Por isso o propomos e o votámos favoravelmente.”

**O Vereador Sr. Carlos Tomé** justificou o seu sentido de voto, nos seguintes termos:

“O Orçamento e Plano de Actividades para 2007 padecem essencialmente dos mesmos defeitos e dos mesmos erros dos anteriores e demonstram que a Câmara pretende continuar a trilhar o mesmo caminho de sempre.

Por isso, antecipando a conclusão, direi que se trata de mais do mesmo.

As propostas continuam a manter o mesmo artificialismo de sempre, transformando em irrealista e sem rigor um documento de gestão da maior importância para o município.

Sobre a “Memória Descritiva do Orçamento” (que acompanha a proposta em si) entendo que se trata de um documento que pretende essencialmente justificar os valores substancialmente elevados da dívida, com quadros escolhidos sem critério nem coerência, de forma tendenciosa.

A este respeito, basta reparar que o documento passa 23 das suas 30 páginas a tentar encontrar justificações para o aumento constante da dívida, mas a apresentação das obras e projectos do município para 2007 ocupa apenas 7 páginas, o que é inaceitável. Aliás, neste particular, o documento é sintomático da importância que não atribui aos sectores que mais atenção deveriam merecer por parte da Câmara. Depois, no que diz respeito ao QREN, o documento faz alusões genéricas a um plano ou a uma estratégia que ninguém sabe qual é, elencando algumas obras que não apresentam qualquer relevância intermunicipal como é exigência deste novo quadro comunitário.

A questão da situação financeira do município é dos aspectos mais importantes na gestão do município e que condiciona sobremaneira a sua gestão. Mais do que tentar encontrar

justificações para os valores assustadores da dívida (como se faz na Memória Descritiva) importava encontrar formas de contrariar a sua tendência de subida e definir um plano de contenção da despesa e de recuperação do equilíbrio financeiro que possibilite encarar o futuro com algum optimismo.

Mas, infelizmente, não se vislumbra sequer, por mínima que seja, qualquer perspectiva ou qualquer esforço para inverter este panorama negro. Com efeito, este era o momento mais indicado para apresentação de um plano de recuperação financeira deste tipo. Por isso não é um orçamento de contenção e deveria ser. É, apenas, mais uma oportunidade perdida.

Aliás, o caminho que irá ser trilhado tudo aponta para que continue a ser o do aumento das despesas correntes, da aposta no acessório e no aparente, em detrimento da aposta séria no essencial, nas obras fundamentais e projectos essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população.

A dívida global do município cifra-se em 36.391.711 € (em Outubro), devendo subir até final do corrente ano para valores da ordem dos 38 milhões de euros. Ora, este valor consagra uma subida de mais de 6 milhões de euros no espaço de um ano, ou seja no decurso do ano de 2006, pois o seu valor cifrava-se em 31.283.021 € em final de 2006.

O problema essencial do Orçamento é o facto de ser irrealista e de prever a arrecadação de receitas puramente imaginárias. Com o empolamento absolutamente extraordinário das receitas constrói-se um orçamento sem rigor e inexecutável.

A dotação prevista para este Orçamento é de 57.374.773 € o que constitui uma redução 3 milhões de euros da dotação relativamente ao Orçamento de 2006, o que em si é positivo, mas contudo esta redução não reflecte, por si só, qualquer tendência ou qualquer perspectiva de reduzir o orçamento a valores aceitáveis. Com efeito, o orçamento mantém-se inflacionado em cerca de 30 milhões de euros, como facilmente se comprova pela análise dos valores concretizados no ano de 2006.

E para isso devemos comparar o que foi orçamentado com o que foi executado neste ano de 2006 para avaliarmos da correcção dos valores previstos para 2007.

A nível das receitas correntes previram-se 27.395.977 € mas apenas se receberam 16.783.263 € (dados de 05.12.06), o que constitui 61,3%. Nas receitas correntes é sintomática a rubrica “impostos indirectos” com 6.344.244€ em que apenas se receberam 826.028€, o que constitui apenas 13% do previsto, sendo importante neste âmbito a rubrica “loteamentos e obras” com o valor previsto de 4.577.777€ mas apenas com 542.017€ recebidos, ou seja 11% do previsto.

Nas receitas de capital, previram-se 32.377.811 € mas apenas se arrecadaram 7.247.927 € o que significa apenas 22,4%. Nas receitas de capital assume particular relevância o valor da rubrica “venda de bens de investimento” com o valor 19.738.378 € mas apenas com 178.237 € recebidos, o que significa 0,9% do previsto. Só por si, estes exemplos são absolutamente esclarecedores da falta de seriedade dos valores orçamentados. Aliás, nesta rubrica insere-se o sempre famoso caso da “venda de terrenos” que na proposta tem precisamente o mesmo valor do ano passado, ou seja 19.127.788 €, quando apenas se realizaram 110 mil euros. Mais uma vez esta rubrica é uma das grandes responsáveis pelo irrealismo que corrói a proposta de orçamento.

No total das receitas orçamentaram-se 60.371.994 € mas apenas se executaram 24.147.192 €, ou seja 40% do previsto.

Mas o panorama ao nível das despesas não é mais animador, uma vez que as despesas correntes atingiram 62,4% do previsto e as de capital atingiram apenas 25,1% do orçamentado. De salientar que as despesas de capital constituem, na sua essência, tudo o que é investimento, com a agravante de que a rubrica “aquisição de bens de capital” desceu ainda mais para 24,1%.

Deste modo se conclui que o orçamento de 2006 estava empolado em mais de 30 milhões de euros, o que é inadmissível, com a agravante de que esta tendência se mantém absolutamente inalterada para 2007.

Vejamos agora as verbas orçamentadas para 2007 em comparação com as verbas orçamentadas para 2006. Desta análise se conclui facilmente que a redução da dotação total do orçamento em cerca de 3 milhões de euros não mantém qualquer coerência ou significado no contexto global. Com efeito, o valor das receitas correntes orçamentadas para 2007 em comparação com as de 2006 sobe 3,55% e as receitas de capital baixam 10,42%.

Por outro lado – e este é um aspecto fundamental nesta análise – as despesas correntes sobem 10,89% isto é passam de 23.119.119 € em 2006 para 25.637.533 € em 2007, o que é profundamente negativo pois a tendência deveria ser para reduzir as despesas correntes e não para as aumentar. A Câmara vai continuar, por isso, no caminho do inaceitável despesismo.

Ao contrário, as despesas de capital – investimento – que deveriam aumentar, ainda estão mais reduzidas. Em 2006 estavam previstas 36.779.367 € e para 2007 apenas se prevêem 31.737.240 €, o que significa uma redução de 13,71%. Claro que isto é negativo, pois está a reduzir-se o investimento e a aumentar-se a despesa improdutivo, o que constitui uma tendência inaceitável.

Há uma perspectiva de aumento da despesa corrente verificável desde logo pelos seguintes exemplos: “aquisição de bens e serviços” aumenta 1 milhão de euros, mas a rubrica “estudos, pareceres, projectos e consultadoria” sobe de 83.196 € (dotação inicial) para 230.200 € o que significa um aumento de quase 300% e “outros trabalhos especializados” aumenta 500 mil euros.

Quanto ao Plano de Actividades o panorama não é melhor, pois este nunca é concretizado em índices aceitáveis, tendo havido um nível de execução inferior a 50% no que diz respeito a 2006.

Por outro lado, as apostas que deveriam ser feitas nos sectores mais importantes para melhorar a qualidade de vida da população do concelho ficam mais uma vez adiadas, acentuando-se a tendência para privilegiar o acessório e as aparências.

Os sectores de actividade que deveriam merecer uma aposta séria, profunda e prioritária do município deveriam ser o ambiente, o saneamento e a educação. Mas infelizmente, e mais uma vez, essas apostas ficarão a aguardar melhores dias. No ambiente nada de significativo se fará, pois apenas se perspectiva a elaboração do Plano Municipal do Ambiente, que ainda ninguém sabe muito bem o que é, sendo certo que ainda se passará mais um ano a fazer um levantamento que já existe, mantendo-se todos os problemas gravíssimos por demais conhecidos neste âmbito.

No saneamento ficaremos mais um ano à espera que possa surgir, qualquer dia, uma empresa para resolver os problemas que se vão acumulando e agravando de ano para ano. Aliás, a situação ao nível do saneamento é já absolutamente insustentável.

Quanto à educação o panorama não é melhor, pois no próximo ano ainda não veremos nascer qualquer centro educativo, ficando os investimentos sérios na educação à espera de melhores dias.

Por outro lado, continua a manter-se a tendência para o desperdício, para as despesas infrutíferas, para a propaganda, para o acessório em detrimento do fundamental, o que é muito grave. Apenas a título de exemplo basta referir que se prevê gastar apenas em publicidade para os espectáculos no Virgínia mais de 51 mil euros e para os espectáculos no Palácio dos Desportos 16 mil euros, num total em publicidade de mais de 85 mil euros. Pode-se comparar este valor euros com os 69.834 € previstos para as obras de saneamento, para se avaliar a importância que se atribui a cada coisa.

Ainda neste âmbito, é de registar a despesa de mais de 130 mil euros para as Festas do Almonda (com pelo menos 13 mil euros para o fogo de artifício) e 47 mil euros para o “fim de semana do idoso”, que são apenas meros exemplos da manutenção de uma gestão com uma visão despesista num momento em que o município atravessa uma situação financeira muito preocupante.

Curiosamente, no meio de tudo isto, a proposta aponta para uma redução nos subsídios às colectividades o que é absolutamente errado pois estas são as verdadeiras responsáveis pela permanente dinâmica cultural no concelho.

Por outro lado, nenhuma melhoria se prevê nas relações com as Juntas de Freguesia e na criação de condições razoáveis para estes órgãos do poder local poderem desempenhar as suas funções de forma aceitável.

Por tudo isto, voto contra a proposta de Orçamento e Plano de Actividades para 2007.”

**O Vereador Sr. Nuno Santos** apresentou a seguinte declaração de voto:

“O executivo do PS, anuncia neste orçamento uma “poupança” de cerca de 3.500.000,00 Euros, quando comparado com o ano de 2006. A notícia seria positiva, se após análise dos documentos, a referida poupança se verificasse na realidade.

Nos últimos exercícios atingiram-se taxas de execução orçamentais de cerca de 45%, o que equivale a dizer que o orçamento executado da Autarquia é de aproximadamente 25.000.000,00 Euros, muito aquém do orçamentado. Ora tal situação, é resultado da sobre dotação das receitas, que têm em rubricas tais como os impostos indirectos uma taxa de execução de 13%, ou mesmo os impostos directos que detêm uma taxa de cerca de 73%. Depois do lado das receitas de capital, verificamos a contínua sobre dotação da venda de terrenos, que apresentam uma taxa de execução de 0,9%, valor irrisório quando comparado com o orçamentado.

Mais uma vez o executivo do PS, orçamenta para o próximo ano, receitas correntes e de capital, quase impossíveis de cumprir, que nem com muita boa vontade, poderá ser encarado com honestidade, o que me leva a questionar o porquê de tais valores. Não nos podemos esquecer que estão há 13 anos na Autarquia, o que é tempo suficiente para poderem fazer um orçamento realista.

O empolar os números repetidamente, leva-me a questionar a intenção de tal situação! Haverá despesas sem cabimento orçamental ainda não facturadas?

O ano de 2007, será um ano em que o investimento participado por fundos comunitários, não terá expressão, visto o futuro quadro comunitário de apoio ainda não estar regulamentado a nível Nacional. Visto isto, é de difícil percepção o porquê de a nível de despesa com aquisição de bens de capital (no grosso modo, trata-se do investimento), o orçamentado ascender a 29.000.000,00 euros, quando o investimento anunciado nas GOP fica muito aquém desse valor. Parte deste poderá até ser referente a passivo, mas não justifica tudo, já que actualmente, para além dos factorings e leasings, a autarquia assina acordos de pagamento de dívida até 2014, dissolvendo os encargos por estes anos, situação na minha opinião eticamente reprovável, visto os mandatos serem de 4 anos. Por este andar, em resultado desta má gestão socialista, seremos obrigados a pagar os seus excessos pelos próximos 20 anos.

Também no orçamento, está previsto um aumento de cerca de 20% com despesas com pessoal, comparando a taxa de execução deste ano com o orçamentado para o próximo. Com o executivo PS, a afirmar que não se trata de contratar mais pessoal, e esclarecendo que os encargos até desceram em relação ao passado com os auxiliares de educação, visto o Ministério da Educação participar no pagamento do ordenado, não entendo o porquê de tal aumento, muito acima do anunciado pelo governo e igualmente não acreditando num aumento derivado pela progressão das carreiras públicas. Levanta-me muitas dúvidas e estranheza esta situação, com a qual não estou minimamente de acordo.

Depois as despesas com a Aquisição de bens e serviços aumentam cerca de 2.000.000,00 Euros, comparativamente com 2006, aumento muito significativo, não oferecendo qualquer justificação por parte do executivo PS. Será relativo ao trabalho do Professor Augusto Mateus? Será relativo ao estudo do Plano Municipal do Ambiente?

Este orçamento não é melhor nem pior que os outros, já que na essência não diferem muito entre eles, por que na realidade continuam assentes em valores irrisórios e extremamente extrapolados, cujo objectivo é esconder a péssima situação financeira do Município, não deixando de ser mais do que meras manobras contabilísticas.

Preocupa-me, a manifesta inoperância deste executivo PS, em aumentar a captação de receitas para a Autarquia, já que as mesmas em algumas rubricas têm diminuído, enquanto que as despesas não param de aumentar, o passivo atinge valores astronómicos, os encargos são cada vez maiores, e não é com orçamentos destes que a situação económica/financeira do município melhorará. Para quando as Zonas Industriais da Zibreira e do Norte do Concelho, quando se anuncia para este ano, apenas a elaboração dos Planos de Pormenor!

Prova da má gestão do Município, é comprovada pelo próprio executivo PS, quando anuncia orgulhosamente que a poupança corrente desde 1999 até hoje, atingiu valores de cerca de 12.700.000,00 Euros, o que a ser verdade, nunca o nosso passivo seria do valor anunciado (e não correcto, na minha opinião, devendo ser superior) pelo executivo do PS, de 36.000.000,00 Euros. Senão, vejamos:

- O executivo do PS afirma que a Autarquia participou (através de acesso a crédito) em cerca de 19.000.000,00 Euros para fazer face ao investimento realizado nos 3 Quadros Comunitários. Se poupou 12.700.000,00 Euros, resultado da sua gestão corrente, então o passivo directamente resultante do investimento deveria ser de apenas 7.000.000,00 Euros.

Mesmo que o valor do passivo fosse de 36 Milhões, existe uma diferença de cerca de 29.000.000,00 Euros, gastos não sabemos bem em quê? Isto só comprova que efectivamente, nem a poupança é a anunciada, assim como existe muito mais por saber acerca da despesa realizada. É pura e simplesmente má gestão!

Depois anunciar que será um ano de contenção, menos-mal face á nossa realidade, mas entretanto e a titulo de exemplo, a Empresa Municipal Teatro Virgínia, tem garantido o seu orçamento astronómico de mais de 650.000,00 Euros para 2007. Ou será que os cortes só se reflectirão ao nível das Freguesias, ou das colectividades do nosso concelho?

Também é de difícil entendimento, o facto de nas áreas da Educação e Ambiente, nada de novo ser previsto. Se na Educação os Centros Educativos são de extrema importância, e tudo farei para que sejam construídos rapidamente, mais nada é anunciado para esta área, o que para prioridade deste mandato é muito pouco e claramente insuficiente. Anunciar um Centro de Formação Profissional para Torres Novas, sem dados concretos da sua exequibilidade, é mais uma ao nível das Universidades que por cá existem ou dos Centros de Estudo (CEPTON)? Isto numa altura em que o Governo afirma que vários cursos terão que fechar, pondo em risco inclusivamente a continuidade de algumas Faculdades. Já basta de brincar com os Torrejanos nesta área! Devemos olhar para as infra-estruturas que temos, melhorá-las, apoiar a melhoria do ensino das mesmas, promover mais e melhores Centros de ATL, melhor desporto escolar, e não pensar que basta fazer os Centros Educativos, e o ensino de Torres Novas não terá mais problemas.

Na área do ambiente, é francamente sofredor que após 13 anos, o melhor que o executivo PS tem para anunciar é um estudo para um Plano Municipal de Ambiente, que se tudo correr bem estará pronto no segundo semestre de 2008, ainda por cima encomendado externamente á Câmara. Que se adira rapidamente ao Programa ECO XXI, que se implante medidas urgentes, preparando o

concelho para obter fundos comunitários para esta área, visto que a mesma é máxima prioridade no futuro Quadro Comunitário de Apoio (QREN). Atenção especial á concessão das águas, situação com a qual não se poderá esperar muito mais tempo!

É importante que nas freguesias seja prestado mais apoio administrativo e técnico, com vista á implantação dos novos serviços, resultantes do Médio Tejo Digital, assim como formação na área do POCAL. É mais que tempo que se crie um Gabinete de Apoio ás Juntas, composto por técnicos de várias áreas, para que também elas melhorem os seus serviços á população.

Quanto ao QREN, sabe-se quais as suas áreas de intervenção prioritárias, mas não se sabe ainda e nesta data o conteúdo do mesmo nos mais diferentes programas de apoio, assim como quando é que se poderá iniciar o período de candidaturas ao mesmo (talvez final do próximo ano).

Como tal é prematuro e demonstra falta de verdade, garantir junto dos Torrejanos, que alguns dos investimentos anunciados para o próximo ano serão já abrangidos pelo QREN....a não ser que o objectivo do executivo seja o de mais uma vez anunciar, para depois não cumprir.

Em resultado desta análise, não posso nem em consciência o poderia fazer, votar a favor deste Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2007, já que a postura enquanto autarca, deve assentar na verdade e na defesa dos Torrejanos, facto que infelizmente não se irá verificar com a execução deste orçamento

Assim o meu voto é contra este Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2007”.-----

-

O **Sr. Presidente** declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas, da qual para constar se lavrou a presente acta.

E eu Chefe de Secção, a redigi, subscrevo e vou  
assinar juntamente com o Excelentíssimo Presidente.-----



MUNICÍPIO DE  
TORRES NOVAS



CÂMARA MUNICIPAL

Rua General António César de Vasconcelos Correia  
2350-421 Torres Novas